



ADRIANO MIRANDA

Moratórias de crédito são “bomba-relógio” para as empresas

João Cerejeira O economista alerta que os problemas de liquidez das empresas vão tornar-se evidentes, já a partir de 2021, por causa do fim das moratórias, podendo assistir-se a encerramentos e a um aumento do desemprego, defende

Entrevista

Raquel Martins

João Cerejeira, economista e professor na Universidade do Minho, antecipa que o efeito da crise provocada pela pandemia vai prolongar-se no tempo de diversas maneiras. Embora não espere que o desemprego suba para os níveis de 2013, alerta que nos próximos dois anos as empresas vão ter problemas de financiamento e de tesouraria, muito à custa do fim das moratórias criadas para responder à pandemia. E isso poderá ter impacto nos salários e nas contratações.

A taxa de desemprego subiu para 7,8% no terceiro trimestre. Até que ponto a crise provocada pela pandemia pode anular as melhorias do mercado de trabalho nos últimos anos?

O dado mais relevante é a inversão do ciclo de descida do desemprego

que se observava desde 2013. Se vamos chegar aos valores da *troika*? Vai depender muito da velocidade da recuperação e da evolução da economia no próximo ano, que vai ser mais lenta do que o previsto. **Há o risco de se anularem as melhorias?**

Não voltaremos tão cedo aos valores de desemprego de 2019, mas não é de esperar que a taxa de desemprego chegue aos níveis de 2013. Assumindo que não vai haver outras crises derivadas desta, podemos assistir a uma recuperação da economia a partir de 2021.

A forma como a Europa e os países têm agido nesta crise parece ser diferente do que aconteceu em 2011, mobilizando apoios ao emprego para conter a escalada do desemprego. Por que é que isto aconteceu?

O primeiro ponto é a existência de condições orçamentais e monetárias para seguir um conjunto de medidas que não foram possíveis ou não estavam previstas no tempo da *troika*. A medida mais emblemática de suporte à actividade económica e de protecção do emprego nas empresas é o *lay-off* simplificado. E não foi uma medida que gerou má despesa pública, porque o *lay-off* na maioria das empresas deixou de existir no terceiro trimestre. Não podemos ainda fazer uma avaliação global, mas atendendo a que o desemprego não disparou quando seria de esperar, nem houve, ainda, uma cadeia de falências, aparentemente, a medida foi muito eficaz com um custo relativamente reduzido.

O facto de o *lay-off* simplificado se ter revelado eficaz, pode levar a que permaneça para o futuro?

Ainda não saímos de uma situação de emergência e não podemos ainda levantar as medidas excepcionais, esse foi o erro a seguir ao Verão. E mesmo na fase a seguir, o efeito da crise vai-se prolongar no tempo e de muitas maneiras. Mesmo com a vacina e que o problema sanitário fique resolvido no início de 2021, há todos os efeitos que têm a ver com a bomba-relógio que está para explodir e que vai ser a questão das moratórias de crédito. Portugal é o país europeu onde as moratórias têm maior peso no balanço dos bancos, e se tem peso no balanço dos bancos quer dizer que também tem peso no balanço das empresas. Isso quer dizer que há um conjunto muito significativo de empresas que vão ter necessidade de financiamento para obter novos créditos para pagar os créditos anteriores porque ainda não conseguiram voltar à actividade habitual e isso vai-se prolongar ainda mais uns dois ou três anos. **Retirar as medidas demasiado cedo pode ser**

contraproducente?

Sim, porque vai haver empresas em que a crise não se vai sentir no imediato, mas que vão ter problemas de financiamento e de tesouraria no final de 2021 ou em 2022.

O turismo é um dos sectores mais afectados. O sector terá capacidade para absorver os trabalhadores que agora perderam o emprego ou é preciso reconvertê-los para outras actividades?

As actividades associadas ao turismo representam 9% do emprego, estamos a falar de quase 500 mil trabalhadores. Este emprego não é todo turismo em si, temos a parte da restauração que se destina também ao consumo interno e, portanto, há uma parte deste emprego que não vai desaparecer. O turismo também não vai desaparecer, mas vai diminuir e mesmo que falemos na perda de 20% deste emprego, estamos a falar de cerca de 100 mil trabalhadores.

O que reserva o futuro?

Creio que a actividade turística vai retomar, de forma lenta, e vamos assistir à diminuição do turismo de negócios. A emergência do *online* vai diminuir muito este tipo de turismo de forma estrutural e podemos falar em cerca de 50 ou 100 mil postos de trabalho que o turismo não vai recuperar a médio prazo.

E o que acontecerá a essas pessoas?

Podemos observar novamente fluxos migratórios, à medida que as economias europeias recuperem. Outra possibilidade é a emergência de alguns sectores que também precisam de trabalho auxiliar, como é o caso do cuidado e acompanhamento dos idosos. Esta pode ser uma via, até como actividade económica substituta do turismo.

Alguns relatórios internacionais mostram que as mulheres têm sido particularmente penalizadas por esta crise. Quais as consequências disso no longo prazo?

Os sectores mais afectados pela pandemia – turismo e comércio a retalho – têm uma presença de mulheres mais forte do que na construção ou na indústria transformadora, que foram menos afectadas. Por outro lado, a pandemia fez aumentar a procura de emprego em profissões mais ligadas à transformação digital, onde a presença de homens é maior. Pode haver aqui uma componente de curto prazo; mas também estrutural, que se pode ampliar no futuro.

A crise veio acelerar a tendência de digitalização da economia?

A digitalização cresceu não só junto das empresas que fornecem esse



Não voltaremos tão cedo aos valores de desemprego de 2019, mas não é de esperar que a taxa de desemprego chegue aos níveis de 2013

Não vai ser por causa da subida do SMN que vamos ter o encerramento de empresas no próximo ano

Podemos falar em cerca de 50 ou 100 mil postos de trabalho que o turismo não vai recuperar a médio prazo



2020 Um ano para esquecer

Acompanhe esta série em publico.pt/
2020-ano-para-esquecer

tipo de serviços, mas também nas empresas de outros sectores que estavam a iniciar o seu processo de digitalização e tiveram um incentivo e uma obrigatoriedade de se tornarem digitais. É importante referir que, quando ligamos a digitalização ao teletrabalho, concluímos que as práticas de gestão das empresas portuguesas vão ter de mudar de forma muito rápida e profunda. Na tradição portuguesa, e então na administração pública nem se fala, o gestor está muito mais preocupado se o trabalhador está no posto de trabalho, independentemente do valor da tarefa que está a executar. Quando passamos para o teletrabalho, o que é visível é o resultado. Isto vai ser uma mudança do paradigma da gestão e da organização da produção em Portugal.

O facto de o teletrabalho se ter mostrado viável pode levar a que este se torne normal?

Temos de ser ponderados quanto ao impacto do teletrabalho, estamos a falar de 20% dos trabalhadores que podem realizar teletrabalho, a maioria não tem um trabalho que pode ser executado nesse regime. O teletrabalho vai surgir de uma forma mista. Mas não há dúvida de que esta tendência vai-se intensificar mesmo ao nível internacional e Portugal poderá ser um local de acolhimento de trabalhadores que tenham a possibilidade de executar tarefas à distância [nómadas digitais].

A crise do emprego mostrou-se mais violenta com os trabalhadores independentes. Era a prova que faltava de que é preciso aproximar estes trabalhadores do sistema de protecção social?

É a prova de que o nosso sistema de protecção social, e o próprio mercado de trabalho, ainda é muito dual. A crise veio mostrar a fragilidade do sistema de Segurança Social, que efectivamente não é universal.

É uma oportunidade para fazer mudanças?

Provavelmente temos de pensar num sistema mais inclusivo. Assim como temos um serviço de saúde universal, também precisamos de ter outros seguros universais, nomeadamente sobre o rendimento. Temos de pensar numa forma de alargar um conjunto de apoios sociais a uma franja muito importante da população e a solução é ter soluções universais – e não apenas concentradas no sector A, B ou C ou na ocupação profissional.

Os dados mostram que foi nas profissões com os salários médios mais baixos que os trabalhadores ficaram mais vulneráveis à perda de emprego. Quem entrar no mercado de

trabalho vai ter um salário mais baixo?

A resposta depende dos fluxos de entrada e como vai ser processada a contratação de profissionais mais qualificados ou menos qualificados. Se a especialização da economia portuguesa vai ter menos peso do turismo até é natural que, por essa alteração de composição, o salário médio suba. Seria muito mau que as remunerações médias até subissem apenas pelo efeito estatístico de os menos qualificados ficarem fora do mercado de trabalho. Além destes efeitos estatísticos, não vamos ter subidas significativas dos salários nos próximos tempos, até porque as empresas vão ter restrições fortes à sua tesouraria. Nos próximos dois ou três anos vai ser difícil.

O Governo decidiu subir o salário mínimo nacional (SMN) em 2021 como parte da estratégia da retoma económica. Qual a consequência deste aumento?

Estudos feitos para outros países mostram que subidas do SMN em contexto de expansão tem um efeito no emprego nulo ou até positivo. Mas em alturas de recessão económica, subidas do SMN associam-se a quedas no emprego. O Governo anunciou medidas de mitigação ao nível da devolução da TSU. O problema é que este apoio só pode ser calculado em função das pessoas que estão empregadas e o efeito do aumento do SMN não é tanto nos que estão empregados, mas nos que deixam de ser contratados. Se estivermos a falar em 100 mil trabalhadores de baixa qualificação que perdem emprego associado à pandemia, quer dizer que com a subida do SMN a sua contratação num momento posterior vai ser mais difícil. Estamos a subir custos de contratação num momento em que a expectativa de crescimento da procura e da retoma tem uma incerteza muito grande. As empresas vão optar por não contratar até que a retoma seja mais efectiva.

Um estudo da sua autoria, conclui que, em momentos de expansão económica, as subidas do SMN aceleraram o fecho de empresas “zombie”. Agora pode-se assistir ao fecho de empresas que, numa situação normal, até seriam rentáveis?

As restrições de liquidez vão-se tornar mais evidentes em 2021 por causa do fim das moratórias, e aí podemos ter encerramento de empresas, mas o contributo do salário mínimo aqui é um detalhe. Não vai ser por causa da subida do SMN que vamos ter o encerramento de empresas no próximo ano. Poderemos observá-lo se as condições de tesouraria das empresas, derivadas do pagamento de empréstimos ou de impostos, não forem prolongadas no tempo.